



Oportunidades para concessões e PPP (parcerias público-privadas) no estado e municípios do Rio de Janeiro

NOTA TÉCNICA - MAIO/2019

www.firjan.com.br/publicacoes

A situação fiscal vivenciada pelo Brasil, nos três níveis de governo, vem afetando a capacidade de investimentos em atividades tradicionalmente ligadas ao setor público, como saneamento básico, infraestrutura de transportes e segurança pública. Em âmbito federal, o comprometimento do orçamento com despesas obrigatórias, como os gastos com aposentadoria, reduziu o investimento público a menos de 1% do PIB em 2018¹. Sem a reforma da previdência, estima-se que em 2 anos esse valor se aproximará de zero. Além disso, o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) evidenciou que 88% dos municípios fluminenses passavam por situação fiscal difícil ou crítica em 2016².

No estado do Rio de Janeiro, apesar dos primeiros sinais de recuperação econômica³, o investimento público estadual foi de apenas 2,5% da receita corrente líquida (RCL) em 2018, parcela menor que a média dos estados brasileiros (5,7%). Dada a escassez de recursos públicos, a retomada dos investimentos para melhorar os serviços oferecidos à população e a competitividade econômica passa necessariamente pela ampliação da participação privada na economia. Nesse sentido, o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025, elaborado pela Firjan⁴, destaca a importância dos programas de concessões e parcerias público-privadas (PPP).

Por esses mecanismos, o governo delega à iniciativa privada a prestação de serviços públicos, por prazo determinado. Na concessão comum, a remuneração ao agente privado provém integralmente de tarifas pagas pelos usuários. Já nas PPP, o poder público paga ao parceiro privado contraprestações, que podem financiar a parceria totalmente (modalidade administrativa) ou parcialmente (modalidade patrocinada, na qual a remuneração é complementada por tarifas pagas pelos usuários).

Considerando as demandas da sociedade em diversas áreas e a necessidade de se destravarem investimentos, a Firjan prospectou, mais uma vez, oportunidades para concessões e PPP no estado e municípios do Rio de Janeiro. Nesta edição foram analisados seis setores, distribuídos em duas categorias: consolidados e tendências.

Por um lado, há setores já amplamente explorados pela iniciativa privada no Brasil, como *Água e Esgoto*, *Resíduos Sólidos* (coleta e manejo), *Iluminação Pública* e *Rodovias*. Por outro, setores que, a partir de experiências recentes, se apresentam com potenciais para parcerias, como *Unidades de Educação Infantil* e *Sistema Prisional*. Nesses seis setores, foram identificadas 142 oportunidades espalhadas por todas as regiões do estado, representando potencial de R\$ 54,8 bilhões em investimentos via concessões e PPP - tabela 1.

O desenvolvimento desses projetos tem grande potencial para gerar empregos, renda e melhorar os serviços oferecidos à população e ao setor produtivo, com benefícios a toda a sociedade. Este mapeamento indica oportunidades no estado e municípios do Rio de Janeiro nesses setores, servindo como farol tanto para investidores como para gestores públicos, cabendo a esses agentes desdobrá-las. A Firjan, como entidade de articulação entre os setores público e privado, está disponível para trabalhar em conjunto em prol do fortalecimento de programas de concessões e PPP.

Setores consolidados

A melhoria da qualidade das *Rodovias* é fundamental para o aumento da competitividade. Vias em boas condições aumentam a segurança dos usuários e propiciam menores custos com manutenção de veículos e consumo de combustível, com impactos de até 20% sobre o custo do frete⁵. Apesar disso, 78% das rodovias estaduais fluminenses encontram-se em estado regular, ruim ou péssimo. As rodovias concedidas no estado, por sua vez, têm caráter oposto, estando 86% em situação boa ou ótima e sendo a RJ-124 (Via Lagos) - concessionada em 1996 - a única em situação ótima em território fluminense⁶.

Nesse contexto, a Firjan analisou o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), lançado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2018, para estudos relativos à concessão de rodovias estaduais. O chamamento incluiu dez rodovias do interior fluminense, além de três da Região Metropolitana⁷, totalizando quase 800 quilômetros com potencial concessão e necessidade de R\$ 23,4 bilhões em investimentos - mapa 1⁸.

Quanto ao setor de *Resíduos Sólidos*, as oportunidades em nível municipal se apresentam na forma de PPP administrativa, em que as receitas do parceiro privado provêm integralmente do poder concedente. O objetivo é universalizar os serviços de coleta e manejo de resíduos sólidos urbanos (meta também presente para o estado no Plansab), com economia de recursos públicos, a partir de ganhos de eficiência na operação. Esse aspecto é essencial tanto para a qualidade de vida da população quanto para a preservação ambiental. Foram identificadas oportunidades em 25 municípios, com potencial de economia de R\$ 18,2 bilhões aos cofres públicos. A liberação desses recursos abre espaço para investimentos em outras áreas do município - mapa 2.

Além disso, a expansão do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto é essencial para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento. Estima-se que para cada real investido no setor, há retorno de R\$ 2,50 à sociedade, com ganhos relativos à saúde, produtividade e valorização imobiliária⁹. Porém, em 2017, 8% dos habitantes fluminenses não contavam com abastecimento de água, 32% não contavam com coleta de esgoto e 64% do esgoto produzido no estado não eram tratados¹⁰.

Nesse contexto, foram analisadas tanto as oportunidades de concessão dos serviços de abastecimento de água isoladamente quanto em conjunto com coleta e tratamento de esgoto. A partir do grau de cobertura da população, foi calculado o investimento necessário para a universalização dos serviços, nos moldes das metas de longo prazo estabelecidas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) para o estado¹¹. Levando-se em conta o potencial financeiro da prestação dos serviços nos municípios, foram identificadas 21 oportunidades para concessões municipais, com possibilidade de se destravarem R\$ 7,6 bilhões em investimentos - mapa 3.

Finalmente, as oportunidades em *Iluminação Pública* em nível municipal também se apresentam na modalidade de PPP administrativa. Os objetivos são a modernização e expansão dos parques, a partir da implantação de tecnologia de LED, de maior economia e durabilidade. Levando-se em conta a utilização da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (CIP ou COSIP), foi identificado potencial em 20 municípios fluminenses, com necessidade de R\$ 1,4 bilhão em investimentos - mapa 4.

A modernização da infraestrutura proporcionada por tais parcerias tem o potencial de gerar, posteriormente, oportunidades além dos serviços de iluminação. Destacam-se os projetos de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*), como a instalação de pontos de acesso *WiFi* e câmeras de monitoramento, com benefícios à conectividade e segurança pública.

Tendências

Além de setores já extensamente explorados em concessões e PPP no Brasil, o poder público fluminense vem estudando projetos de parcerias em novos setores, como Unidades de Educação Infantil, Sistema Prisional, Autódromo e Telecomunicações. Estes devem estar no radar de investidores e sociedade, dado o seu potencial de investimentos e melhoria de prestação de serviços. Nesta nota técnica, pela primeira vez, a Firjan avaliou as oportunidades em dois desses setores: *Unidades de Educação Infantil e Sistema Prisional*.

Quanto a *Unidades de Educação Infantil*, o objetivo são parcerias para sanar o déficit de vagas em creches e pré-escolas existentes no estado, por meio da construção de unidades e prestação de serviços de apoio. Mais de 70% dos fluminenses de até 3 anos de idade não têm acesso à creche e mais de 15% das crianças de 4 a 5 anos estão fora da pré-escola, de acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹². Estima-se que sejam necessários mais de R\$ 2,2 bilhões em investimentos para que 56 municípios do estado cumpram as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) até 2024¹³ - mapa 5.

O *Sistema Prisional*, por sua vez, consiste em etapa importante do sistema judiciário, fundamental para a segurança pública. Conforme apontado pela Lei de Execução Penal¹⁴ e por projetos de reinserção social, a reintegração de infratores é capaz de prevenir novos delitos, contribuindo para um ambiente mais seguro. Porém, o sistema fluminense carece de investimentos. Segundo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), 80% de suas unidades prisionais sofrem de superlotação, devido ao déficit de 25 mil vagas no estado¹⁵.

Nesse cenário, uma alternativa é a realização de PPP visando ao aumento do número de vagas, aliviando o sistema e viabilizando o cumprimento de penas em condições adequadas. Cabe ressaltar que, nesse modelo, o poder de polícia e de fiscalização permanecem com o Estado, sendo a concessionária responsável pela construção, administração e manutenção dos complexos.

Além da capital - que concentra o maior número de detentos do estado -, o Plano Diretor da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/RJ) 2015-2018, em fase de revisão, prevê a implantação de complexos penitenciários nas regiões Noroeste, Norte e Sul Fluminense. Tomando como base outras iniciativas de parcerias no país¹⁶, estima-se que sejam necessários R\$ 2,1 bilhões em investimentos para sanar o déficit de vagas no estado, a partir da implantação de 7 novas unidades prisionais - mapa 6.

Vale ressaltar que, além das oportunidades de concessões e PPP individuais, há ainda a possibilidade de estruturação de projetos que, com interesses comuns aos municípios, podem ser desenvolvidas de modo integrado. A formação de consórcios públicos intermunicipais, conforme a Lei nº 11.107/2005, permite que, a partir de ganhos de escala, sejam implantados projetos que isoladamente teriam baixa viabilidade financeira. Os consórcios são capazes, portanto, de ampliar as oportunidades de concessões e parcerias público-privadas.

Pilares para o bom andamento de concessões e PPP

O desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas é um processo complexo, constituído por etapas como elaboração de estudos, consulta pública, licitação e formulação de contratos. Nesse contexto, somente 15% dos projetos de concessões e PPP lançados no Brasil terminam em assinatura dos contratos¹⁷.

Assim, há aspectos essenciais para o bom andamento desses programas, consistindo em pilares para seu funcionamento adequado. Ressalta-se a necessidade de capacidade técnica por parte do poder público, que deve ser apto a estruturar editais, contratos, analisar estudos realizados pela iniciativa privada e criar mecanismos de avaliação de seu desempenho, como indicadores de qualidade da prestação dos serviços.

Nesse sentido, deve-se atentar para as alternativas existentes para que estados e municípios desenvolvam esse tipo de projeto. O *Programa de Apoio às Concessões e Parcerias Público-Privadas*, do Governo Federal, oferece suporte a estados e municípios interessados, por meio de assessoria técnica e financeira, consultoria e financiamento. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por sua vez, conta com área específica para *Desestatização e Estruturação de Projetos*, também voltada ao assunto.

Outro fator primordial para o desenvolvimento de programas de concessão e PPP é a adequação do arcabouço legislativo do ente concedente (estado e municípios), à luz das diretrizes estabelecidas em nível federal¹⁸. Esse aspecto possui impacto positivo na redução das incertezas, servindo como sinalização da disposição do poder público em desenvolver parcerias.

Também essencial é a segurança jurídica. A estabilidade das relações entre agentes e a clareza de regras são pré-requisitos para o sucesso de concessões e PPP. Estas são parcerias de longo prazo entre os setores público e privado, sendo essencial o cumprimento de direitos e deveres de ambos, independentemente das preferências dos gestores, que são alternados ao longo do contrato. Um ambiente estável e seguro gera credibilidade para a atração de investidores, sobretudo em atividades que demandam grandes aportes.

Finalmente, no caso das PPP, destaca-se também a gestão fiscal do setor público. Como esse mecanismo demanda contraprestações do poder concedente, deve-se estar atento à sua saúde financeira. Para o sucesso dessas parcerias, é importante que o parceiro público possua capacidade de honrar tais compromissos.

Nesse sentido, destaca-se o potencial do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) como ferramenta de avaliação de riscos financeiros (*rating*) para PPP municipais. A partir de dados fiscais das prefeituras, o IFGF avalia a gestão fiscal com base em cinco indicadores (Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida), servindo como balizador da capacidade municipal de honrar contraprestações financeiras.

Além disso, igualmente relevante para seu sucesso são as garantias oferecidas, tanto pelo parceiro privado, em relação às suas obrigações, quanto por parte do poder público, em relação aos aportes a serem realizados. Hoje, existem diversos instrumentos para a composição de garantias do poder público, sendo a constituição de fundos garantidores uma das mais utilizadas¹⁹. A garantia desempenha papel fundamental nas PPP, uma vez que possibilita a redução dos riscos do projeto, elevando sua atratividade e perenidade.

Atuação Firjan

A Firjan vem atuando de forma propositiva e contundente no tema de concessões e PPP, em prol do desenvolvimento fluminense. Além da **prospecção de oportunidades** desta nota técnica (cuja metodologia pode ser replicada a outros estados e municípios brasileiros) e do **IFGF** (que pode ser utilizado como ferramenta de *rating* municipal), a federação trabalha em outros pilares para o sucesso desses mecanismos.

Quanto à capacidade técnica do poder público, a Firjan estruturou a oficina **“Melhores práticas na estruturação de concessões e PPP”**. Voltada a gestores e técnicos municipais e estaduais, seu objetivo é qualificar atores diretamente envolvidos no desenvolvimento de programas de concessões e parcerias, ressaltando os principais aspectos para seu funcionamento adequado.

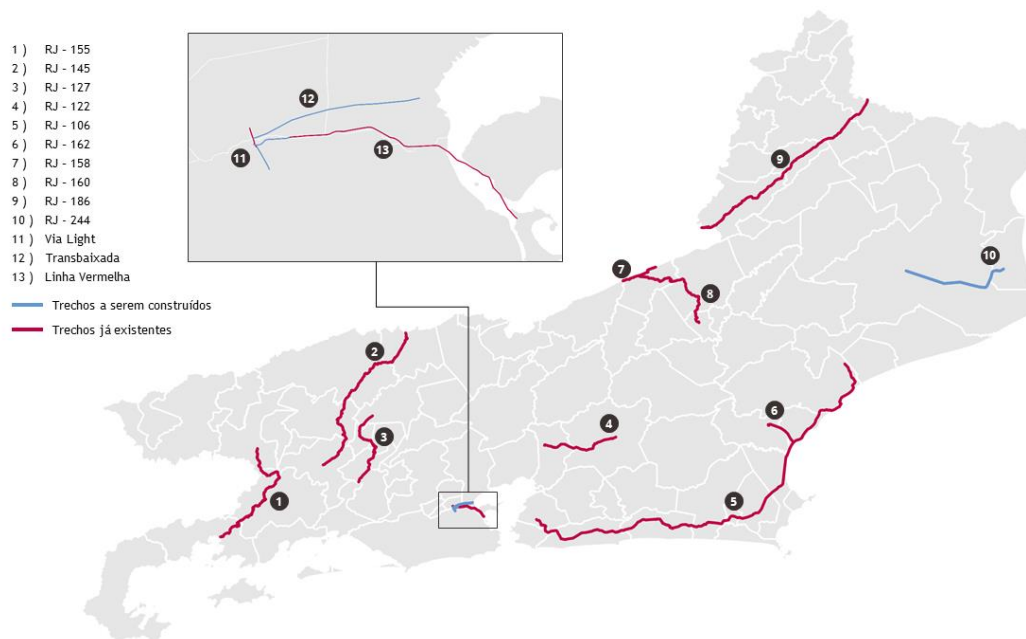
Ademais, a federação vem realizando **eventos**, incluindo **rodadas de negócio**, reunindo agentes públicos, investidores, especialistas e órgãos de financiamento, como forma de impulsionar os projetos prospectados. Nesse contexto, ressalta-se que o PMI lançado pelo Governo do Estado em 2018 para estudos de concessões rodoviárias estaduais contemplou rodovias anteriormente destacadas pela Firjan - como a RJ-081 (Via Light) e a RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto) -, em fase de análise pelo governo fluminense.

Tabela 1 - Oportunidades para concessões e PPP no estado do Rio de Janeiro

Categoria	Setores	Localização	Valores estimados (R\$ bilhões)
Consolidados	Rodovias	<p>Grupo 1 - Rodovias do interior Lote Sul : RJ-127; RJ-145; RJ-155 Lote Eixo Noroeste : RJ-122; RJ-158; RJ-160; RJ-186 Lote Litoral Norte : RJ-106; RJ-162</p> <p>Grupo 2 - Vias metropolitanas RJ-103 (Transbaixada) RJ-081 (Via Light) RJ-071 (Linha Vermelha)</p> <p>Grupo 3 - Norte RJ-244 (Acesso ao Porto do Açu)</p>	23,4
	Resíduos Sólidos	Bom Jardim; Cambuci; Cantagalo; Casimiro de Abreu; Iguaba Grande; Itatiaia; Japeri; Laje do Muriaé; Macuco; Mangaratiba; Maricá; Mendes; Natividade; Paraty; Pirai; Porto Real; Quissamã; Resende; Rio Claro; Rio de Janeiro; Santa Maria Madalena; São João da Barra; São José de Ubá; Tanguá; Volta Redonda	18,2
	Água e Esgoto	Angra dos Reis; Aperibé; Barra do Pirai; Barra Mansa; Cachoeiras de Macacu; Casimiro de Abreu; Cordeiro; Itaguaí; Itaocara; Itaperuna; Japeri; Macaé; Nilópolis; São Gonçalo; Rio de Janeiro; Bom Jardim; Bom Jesus do Itabapoana; Cambuci; Cantagalo; Natividade; Paraíba do Sul; Pinheiral; Rio das Ostras	7,6
	Iluminação Pública	Angra dos Reis; Araruama; Arraial do Cabo; Belford Roxo; Cabo Frio; Duque de Caxias; Iguaba Grande; Itaboraí; Magé; Maricá; Nilópolis; Niterói; Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Petrópolis; Porto Real; Queimados; Rio de Janeiro; São Gonçalo; São João de Meriti	1,4
Tendências	Unidades de Educação Infantil	Angra dos Reis; Araruama; Barra do Pirai; Barra Mansa; Belford Roxo; Bom Jardim; Cabo Frio; Cachoeiras de Macacu; Campos dos Goytacazes; Cantagalo; Carapebus; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaboraí; Itaguaí; Itaocara; Itaperuna; Japeri; Macaé; Magé; Maricá; Mesquita; Nilópolis; Niterói; Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Paracambi; Paraíba do Sul; Paraty; Paty do Alferes; Petrópolis; Pirai; Porto Real; Queimados; Resende; Rio Bonito; Rio Claro; Rio das Ostras; Rio de Janeiro; Santo Antônio de Pádua; São Fidélis; São Francisco de Itabapoana; São Gonçalo; São João de Meriti; São José do Vale do Rio Preto; São Pedro da Aldeia; Sapucaia; Saquarema; Seropédica; Sumidouro; Tanguá; Teresópolis; Três Rios; Valença; Varre-Sai; Vassouras	2,2
	Sistema prisional	Capital; Noroeste Fluminense; Norte Fluminense; Sul Fluminense	2,1
Total			54,8

Fonte: Elaboração da Firjan, com base em dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Departamento Nacional dos Transportes Terrestres (DNIT), Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)

Mapa 1 - Oportunidades: Concessão de Rodovias Estaduais



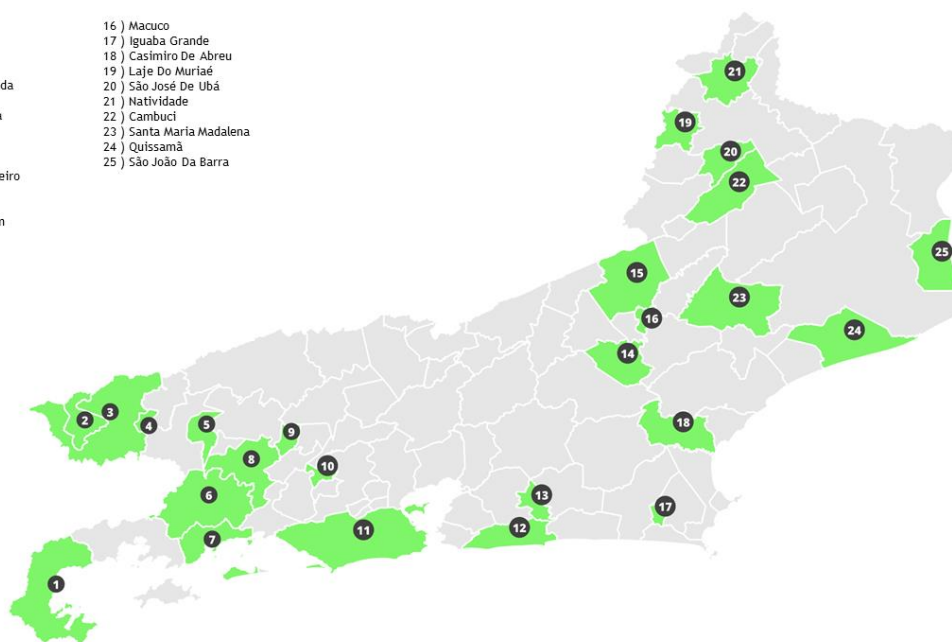
Nota: para o lote Litoral Norte (RJ-106 e RJ-162), o edital de chamamento público prevê que os estudos indiquem solução global para a região, com alternativas que incluam as rodovias RJ-140 e RJ-168

Fonte: Elaboração da Firjan, com base em informações do Governo do Estado do Rio de Janeiro

Mapa 2 - Oportunidades: PPP de Resíduos Sólidos

- 1) Paraty
- 2) Itatiaia
- 3) Resende
- 4) Porto Real
- 5) Volta Redonda
- 6) Rio Claro
- 7) Mangaratiba
- 8) Piraí
- 9) Mendes
- 10) Japeri
- 11) Rio De Janeiro
- 12) Maricá
- 13) Tanguá
- 14) Bom Jardim
- 15) Cantagalo

- 16) Macuco
- 17) Iguaçu Grande
- 18) Casimiro De Abreu
- 19) Laje Do Muriaé
- 20) São José De Ubatuba
- 21) Natividade
- 22) Cambuci
- 23) Santa Maria Madalena
- 24) Quissamã
- 25) São João Da Barra



Fonte: Elaboração da Firjan, com base em informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)

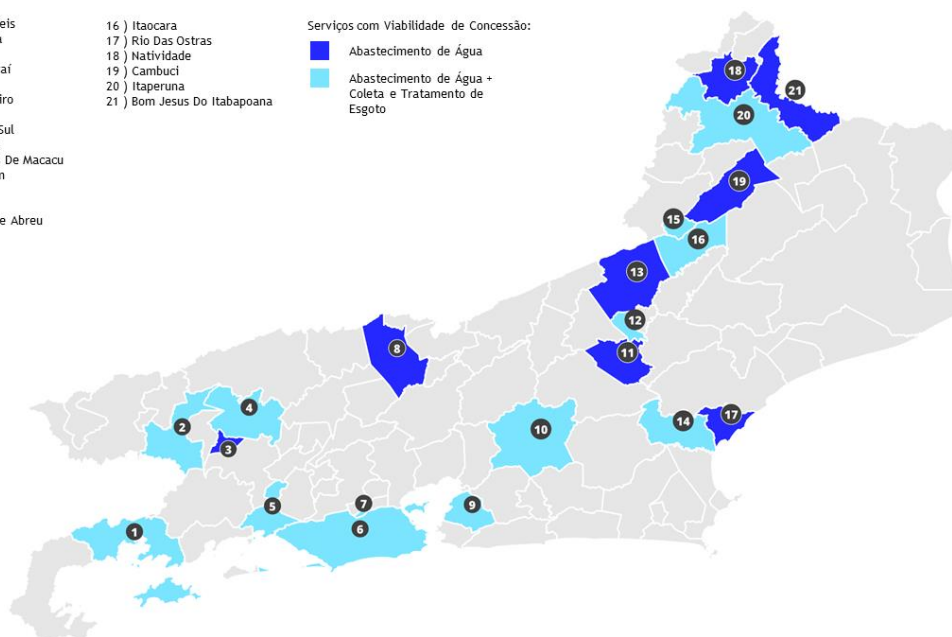
Mapa 3 - Oportunidades: Concessão de Água e Esgoto

- 1) Angra Dos Reis
- 2) Barra Mansa
- 3) Pinheiral
- 4) Barra Do Piraí
- 5) Itaguaí
- 6) Rio De Janeiro
- 7) Nilópolis
- 8) Paraíba Do Sul
- 9) São Gonçalo
- 10) Cachoeiras De Macacu
- 11) Bom Jardim
- 12) Cordeiro
- 13) Cantagalo
- 14) Casimiro De Abreu
- 15) Aperibé

- 16) Itaocara
- 17) Rio Das Ostras
- 18) Natividade
- 19) Cambuci
- 20) Itaperuna
- 21) Bom Jesus Do Itabapoana

Serviços com Viabilidade de Concessão:

- Abastecimento de Água
- Abastecimento de Água + Coleta e Tratamento de Esgoto

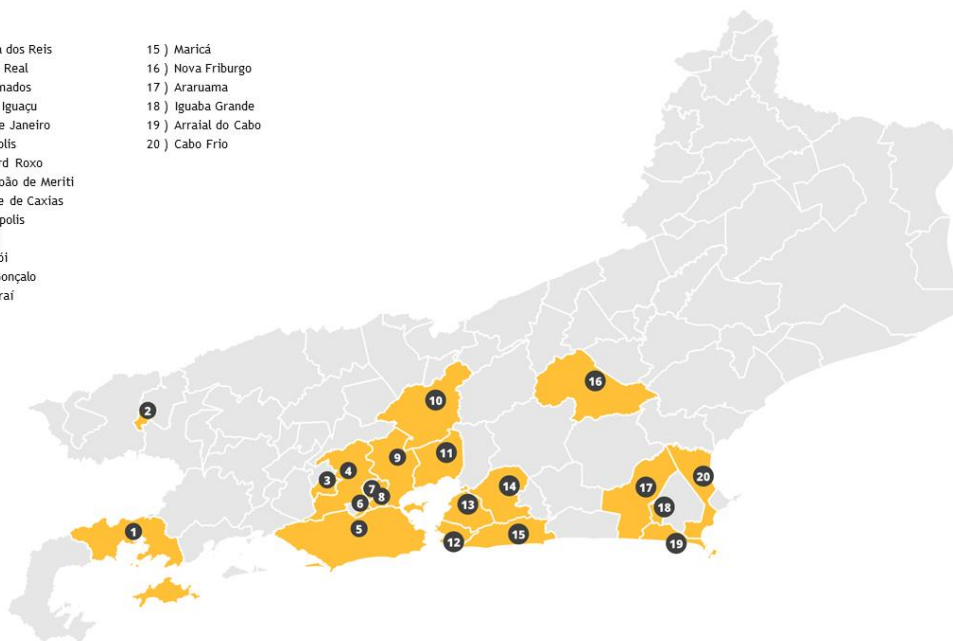


Nota: na Área de Planejamento 5 do município do Rio de Janeiro (zona oeste), o esgotamento sanitário é operado por concessionária privada; as oportunidades referem-se ao restante do município

Fonte: Elaboração da Firjan, com base em informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)

Mapa 4 - Oportunidades: PPP de Iluminação Pública

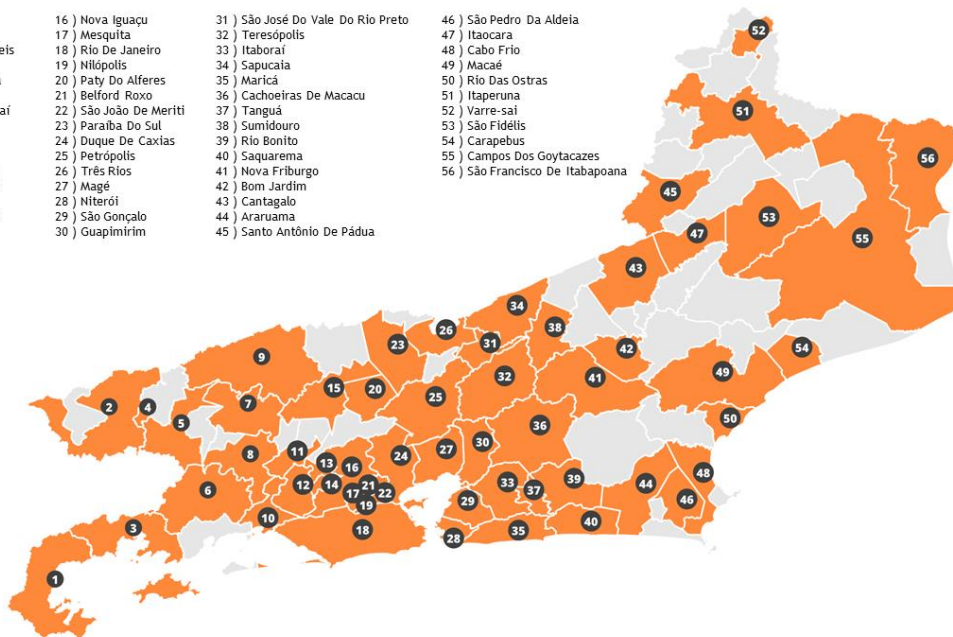
- | | |
|------------------------|----------------------|
| 1) Angra dos Reis | 15) Maricá |
| 2) Porto Real | 16) Nova Friburgo |
| 3) Queimados | 17) Araruama |
| 4) Nova Iguaçu | 18) Iguaba Grande |
| 5) Rio de Janeiro | 19) Arraial do Cabo |
| 6) Nilópolis | 20) Cabo Frio |
| 7) Belford Roxo | |
| 8) São João de Meriti | |
| 9) Duque de Caxias | |
| 10) Petrópolis | |
| 11) Magé | |
| 12) Niterói | |
| 13) São Gonçalo | |
| 14) Itaboraí | |



Fonte: Elaboração da Firjan, com base em informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

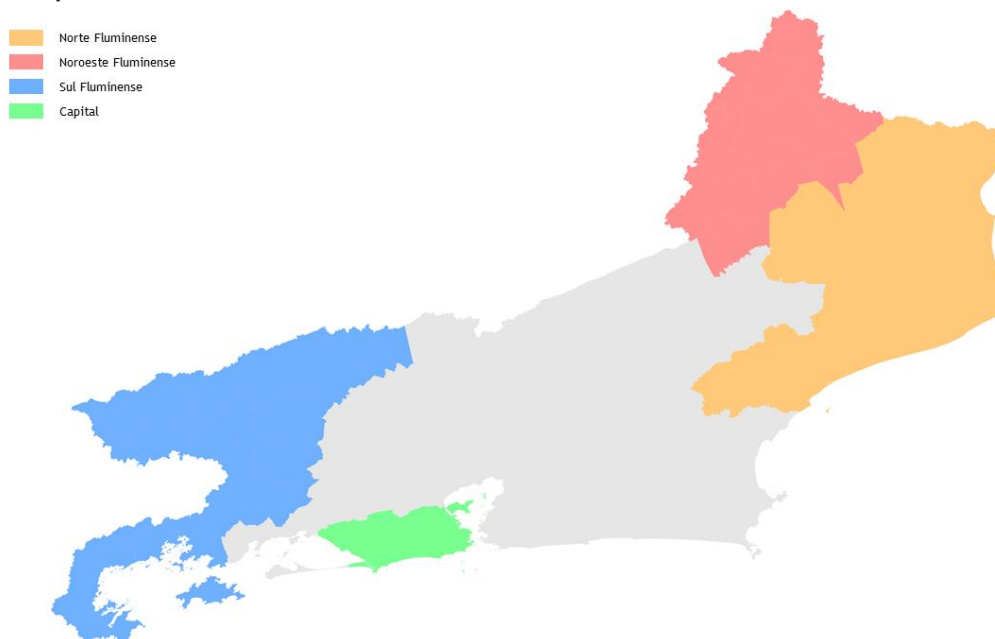
Mapa 5 - Oportunidades: PPP de Unidades de Educação Infantil

- | | | | |
|--------------------|-------------------------|------------------------------------|----------------------------------|
| 1) Paraty | 16) Nova Iguaçu | 31) São José Do Vale Do Rio Preto | 46) São Pedro Da Aldeia |
| 2) Resende | 17) Mesquita | 32) Teresópolis | 47) Itaocara |
| 3) Angra Dos Reis | 18) Rio De Janeiro | 33) Itaboraí | 48) Cabo Frio |
| 4) Porto Real | 19) Nilópolis | 34) Sapucaia | 49) Macaé |
| 5) Barra Mansa | 20) Paty Do Alferes | 35) Maricá | 50) Rio Das Ostras |
| 6) Rio Claro | 21) Belford Roxo | 36) Cachoeiras De Macacu | 51) Itaperuna |
| 7) Barra Do Pirai | 22) São João De Meriti | 37) Tanguá | 52) Varre-sai |
| 8) Pirai | 23) Paraíba Do Sul | 38) Sumidouro | 53) São Fidélis |
| 9) Valença | 24) Duque De Caxias | 39) Rio Bonito | 54) Carapebus |
| 10) Itaguaí | 25) Petrópolis | 40) Saquarema | 55) Campos Dos Goytacazes |
| 11) Paracambi | 26) Três Rios | 41) Nova Friburgo | 56) São Francisco De Itabapoana |
| 12) Seropédica | 27) Magé | 42) Bom Jardim | |
| 13) Japeri | 28) Niterói | 43) Cantagalo | |
| 14) Queimados | 29) São Gonçalo | 44) Araruama | |
| 15) Vassouras | 30) Guapimirim | 45) Santo Antônio De Pádua | |



Fonte: Elaboração da Firjan, com base em informações do IFDM e Ministério da Educação

Mapa 6 - Oportunidades: PPP de Sistema Prisional



Fonte: Elaboração da Firjan, com base em informações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/RJ)

¹ Fonte: Elaboração Firjan, com base em dados do IBGE e Tesouro Nacional

² Com base em dados oficiais, o índice avalia a situação fiscal dos municípios brasileiros, classificando as gestões em Excelente, Boa, em Dificuldade ou Crítica, sendo 2016 o último dado disponível. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

³ Conforme apontado pela nota técnica “Mapa dos investimentos no estado do Rio de Janeiro - 2019”, disponível em: www.firjan.com.br/publicacoes

⁴ Disponível em <http://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/mapa-do-desenvolvimento/>

⁵ Fonte: Confederação Nacional do Transporte (CNT)

⁶ Fonte: Pesquisa de Rodovias 2018 - Confederação Nacional do Transporte (CNT)

⁷ Composta por 22 municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Rio de Janeiro, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá

⁸ Para o lote Litoral Norte (RJ-106 e RJ-162), o edital de chamamento público prevê que os estudos indiquem solução global para a região, com alternativas que incluam as rodovias RJ-140 e RJ-168

⁹ Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)

¹⁰ Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), sendo 2017 o último ano disponível.

¹¹ 100% dos domicílios atendidos com abastecimento de água e 96% com coleta e tratamento de esgoto, até 2033

¹² O IFDM acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

¹³ Universalizar a educação infantil na pré-escola (crianças de quatro a cinco anos) e ampliar o acesso a creches (crianças de até três anos) a pelo menos 50%

¹⁴ De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), os principais objetivos da execução penal são punir o infrator (servindo como compensação à infração e inibição a novos delitos) e promover a sua reintegração social

¹⁵ Dados apresentados pelo MPRJ em reunião do Conselho Firjan de Segurança Pública, realizada no dia 07/05/19. O Conselho promove discussões sobre segurança pública e seus temas prioritários, contando com a participação de empresários, especialistas, autoridades do poder público, academia e outras instituições da sociedade civil organizada

¹⁶ Como, por exemplo a experiência desenvolvida pela GPA, em Ribeirão das Neves/MG, cujo complexo penitenciário opera desde 2013

¹⁷ Fonte: Radar PPP

¹⁸ Lei nº 8.987/95, para concessões comuns e Lei nº 11.079/04 para PPP

¹⁹ Exemplo: Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP)

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) - Av. Graça Aranha, 01 - CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro. **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; **Diretor da Diretoria Firjan IEL:** João Paulo Alcântara Gomes; **Gerente Geral de Competitividade:** Cesar Kayat Bedran; **Gerente de Sustentabilidade e Infraestrutura:** William Figueiredo. **Equipe Técnica:** Leonardo Tavares Ribeiro; Isaque Regis Ouverney; Aline Pedreira Bustorff; Andrea Cristina Galhego; Bruno Martins dos Santos; Carolina Maria Zoccoli Carneiro; Izabela de Almeida Simões; Lídia Vaz Aguiar; Marcos Costa; Mariana Maia; Renata Menezes Rocha; Wagner dos Santos Ramos. **Estagiários:** André Souza de Melo; Bernardo Geminiano de Abreu, Jaasiel Felipe de Araujo Silva; Karoline Mayumi; Rodrigo Demazi
Informações: infraestrutura@firjan.com.br
Visite nossa página: <http://www.firjan.com.br/>